



## ODS 3 SAÚDE E BEM ESTAR

# Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Depois de mais de um ano de pandemia, a piora em índices de saúde e bem-estar se intensificou com o não reconhecimento da gravidade da Covid-19 pelo governo federal. A promoção de aglomerações; as campanhas contra o uso de máscaras; a aquisição e disseminação de medicamentos sem comprovação científica, como a hidroxicloroquina e a ivermectina; a tese de “imunidade de rebanho” e a opção reiterada de não comprar vacinas desde 2020, agravaram a crise sanitária. O ce-

nário levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar o país como uma ameaça<sup>1</sup> em virtude do surgimento de novas cepas do vírus e da lenta imunização. A má gestão da pandemia também resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal<sup>2</sup>.

A **meta 3.1**<sup>3</sup> teve retrocesso. A mortalidade materna cresceu 5,63% (44.568 entre janeiro e agosto de 2020, ante 42.099 no mesmo período de 2019) e foi agravada pelas mortes de mães em decorrência da Co-

1 TEÓFILO, Sarah e CARDIM, Maria Eduarda. Descontrole do novo coronavírus no Brasil ameaça o mundo, alerta OMS. Correio Brasiliense, Brasília. Disponível em: [www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4910547-descontrole-do-novo-coronavirus-no-brasil-ameaca-o-mundo-alerta-oms.html](http://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4910547-descontrole-do-novo-coronavirus-no-brasil-ameaca-o-mundo-alerta-oms.html)

2 MATTOSO, Camila. Vice do Amazonas diz que política de imunidade de rebanho apoiada por Bolsonaro levou Manaus ao colapso. Folha de S.Paulo, Painel. São Paulo, 05/05/2021. [www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/05/vice-do-amazonas-diz-que-politica-de-imunidade-de-rebanho-apoiada-por-bolsonaro-levou-manaus-ao-colapso.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/05/vice-do-amazonas-diz-que-politica-de-imunidade-de-rebanho-apoiada-por-bolsonaro-levou-manaus-ao-colapso.shtml)

3 **Meta 3.1:** Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

vid-19. Até 10 de abril de 2021, houve um aumento de 145,4% na média semanal de mortes de grávidas e puérperas comparada à média semanal de 2019, enquanto na população em geral a elevação da taxa de mortes no mesmo período foi de 61,6%. Uma em cada cinco gestantes ou puérperas mortas por Covid-19 não chegaram a ser admitidas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e 33,6% não foram intubadas por falta de acesso aos tratamentos em decorrência do impacto da crise sanitária no sistema de saúde<sup>4</sup>. Mulheres grávidas e puérperas negras têm risco de morte por Covid-19 até duas vezes maior que as brancas.<sup>5</sup>

O percentual de pessoas nascidas vivas fora de hospitais e outros estabelecimentos de saúde mostrou estagnação em 2020 (25.062 ou 0,93%) no comparativo com 2019 (25.937 ou 0,91%), ainda com dados preliminares relativos ao último ano<sup>6</sup>.

A **meta 3.2**<sup>7</sup>, que tinha verificado progresso satisfatório no Relatório Luz 2020, retrocedeu, impactada pelo aumento das taxas de mortalidade de menores de um ano de idade – de 2,86 para 3,32 – e na faixa etária de 1 a 4 anos de idade – de 0,47 para 0,67<sup>8</sup>. A desatualização do Painel de Monitoramento também compromete uma análise mais profunda da meta. A mortalidade infantil indígena também se agravou devido à pandemia, com risco de morte até 75% maior em crianças e indígenas menores de 20 anos<sup>9</sup>.

A **meta 3.3**<sup>10</sup> está ameaçada pela combinação dos impactos da pandemia com a diminuição de recursos na saúde e áreas estratégicas, devido ao teto de gastos. A diminuição na taxa de detecção de HIV e AIDS (21,9 mil/100 mil habitantes em 2012 para 17,8 mil/100 mil habitantes em 2019) pode estar relacionada a diferenças na totalização dos casos pelas

secretarias de saúde municipais e estaduais e à demora nas notificações e alimentação da base do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no último período em decorrência da mobilização das equipes de saúde para a atenção à pandemia. E, conforme dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, o Brasil tem hoje 920 milhões de pessoas vivendo com HIV (PVHA), o que equivale a quase 50% dos casos registrados na América Latina, sendo que destas, até junho de 2020, 89% conheciam seu status de HIV, 77% acessavam tratamento com antirretrovirais e 94% apresentavam carga viral suprimida. As populações-chave (homens gays, homens que fazem sexo com homens, pessoas trans, pessoas que usam álcool e outras drogas, pessoas em privação de liberdade e trabalhadores/as do sexo) continuam sendo desproporcionalmente as mais afetadas pela epidemia.

A redução das taxas de incidência da tuberculose (73.864 novos casos em 2019, ante 76 mil em 2018) e casos autóctones de malária (menos 19,1% em 2019 na comparação com 2018) também pode estar relacionada à falta de padronização e atrasos dos registros das secretarias. A ausência de dados relativos a 2020 dificulta a análise mais apurada da meta.

Já as Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) persistem como problema de saúde pública associado à pobreza (ODS 1) e vulnerabilidade, ao lado das restrições de acesso ao diagnóstico e tratamento de qualidade, saneamento básico e água potável (ODS 6), drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (ODS 11). Essas doenças deixam importantes marcas nas pessoas e produzem incapacidade física, estigmas e restrições à participação social.

4 BOHEM, Camila. Covid-19: mortes de grávidas e puérperas dobram em 2021. Agência Brasil. São Paulo, 19/04/2021. Disponível em: [agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-04/covid-19-mortes-de-gravidas-e-puterperas-dobram-em-2021](https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-04/covid-19-mortes-de-gravidas-e-puterperas-dobram-em-2021)

5 Conselho Nacional de Saúde (CNS). "Mortalidade materna por Covid entre negras é duas vezes maior que entre brancas", diz doutora em Saúde durante live do CNS. Agosto/2020. Disponível em: [conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1317-mortalidade-materna-por-covid-entre-negras-e-duas-vezes-maior-que-entre-brancas-diz-doutora-em-saude-durante-live-do-cns](https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1317-mortalidade-materna-por-covid-entre-negras-e-duas-vezes-maior-que-entre-brancas-diz-doutora-em-saude-durante-live-do-cns)

6 Ministério da Saúde. Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos por local de nascimento. Disponível em: [svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/](https://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/)

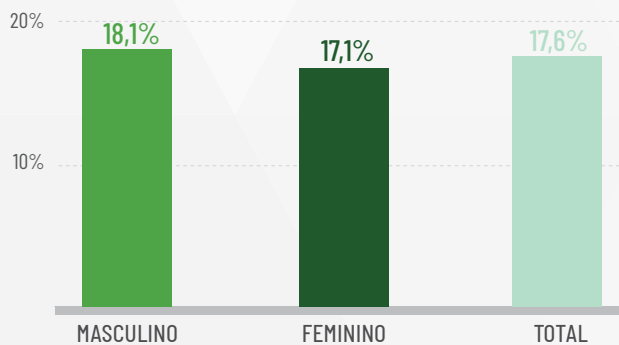
7 **Meta 3.2:** Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

8 Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal. Disponível em: [svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/](https://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/)

9 Jornal da USP. Mortalidade de crianças infectadas pela Covid-19 aumenta devido a fatores étnicos e socioeconômicos. São Paulo, 20/04/2021. Disponível em: [jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/mortalidade-de-criancas-infectadas-pela-covid-19-aumenta-devido-a-fatores-etnicos-e-socioeconomicos/](https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/mortalidade-de-criancas-infectadas-pela-covid-19-aumenta-devido-a-fatores-etnicos-e-socioeconomicos/)

10 **Meta 3.3:** Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

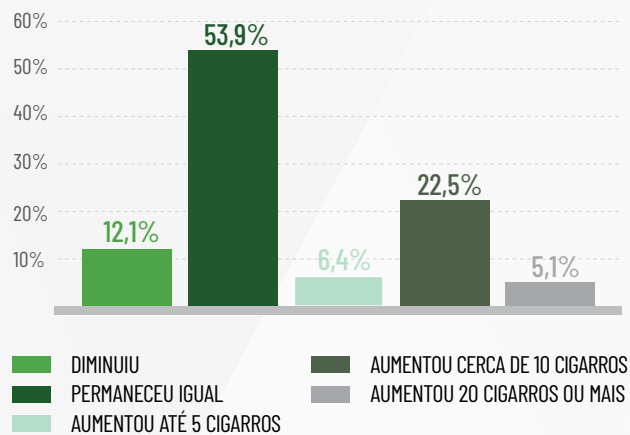
**GRÁFICO 1** PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE RELATARAM AUMENTO DE CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA DURANTE A PANDEMIA (SEGUNDO SEXO)



Fonte: ConVid – Pesquisa de Comportamento, Junho/2020

A **meta 3.4**<sup>11</sup> apresenta estagnação. As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) correspondiam a cerca de 72% das causas de morte no Brasil em 2019, taxa que pode ser agravada com a falta de acompanhamento e tratamento devido ao isolamento social; aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, álcool e tabaco; inatividade física; e falta de leitos decorrentes da crise sanitária. Sendo que DCNT são fatores que aumentam a possibilidade de morte das pessoas acometidas com Covid-19. Dados da última pesquisa Vigitel disponível, realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde em 2019, mostram um cenário preocupante: 24,5% da população brasileira foi diagnosticada com hipertensão e 7,4% com diabetes<sup>12</sup>. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) também alertou, em setembro de 2020, sobre o aumento dos fatores de risco para suicídio na pandemia – angústia, ansiedade, depressão, alcoolismo, violência doméstica, abuso de substâncias, sentimentos de perda e facilitação da posse e porte de armas. A não existência de dados consolidados

**GRÁFICO 2** DISTRIBUIÇÃO DOS FUMANTES SEGUNDO VARIAÇÃO DE QUANTIDADE DE CIGARROS ANTES, DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA (EM PORCENTAGEM)



para nenhum dos dois indicadores no Brasil em 2020 é em si um retrocesso.

A **meta 3.5**<sup>13</sup> está ameaçada devido a pandemia e em razão da ausência de políticas governamentais de enfrentamento ao abuso de substâncias nocivas. O isolamento social fez crescer em 17,6% o consumo regular de álcool entre maiores de 18 anos, com impacto maior (26% de alta) na faixa etária dos 30 aos 39 anos de idade (gráfico 1), em associação com o sentimento de tristeza ou à depressão<sup>14</sup>. Esta taxa já vinha crescendo desde 2006, passando de 15,7% para 18,8% em 2019 (pesquisa Vigitel), mas nos últimos dois anos a atenção às pessoas em situação de uso abusivo de álcool tem ficado crescentemente sob responsabilidade de comunidades terapêuticas religiosas, que tiveram duplicados os investimento feitos pelo governo federal<sup>15</sup>.

A **meta 3.6**<sup>16</sup> consolidou progresso insuficiente e teve em 2020 – cujos dados ainda não estavam disponíveis no fechamento deste Relatório – um ano atípico em razão do isolamento social, dos limites de circulação, e da suspensão de muitas festas, aglomerações, eventos e espetáculos.

11 **Meta 3.4:** Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

12 Não há dados do Vigitel para o ano de 2020, tampouco informações sobre a realização da pesquisa no ano de 2021. A publicação desses dados é importante para monitorar metas internacionais e para orientar a implementação de políticas públicas.

13 **Meta 3.5:** Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

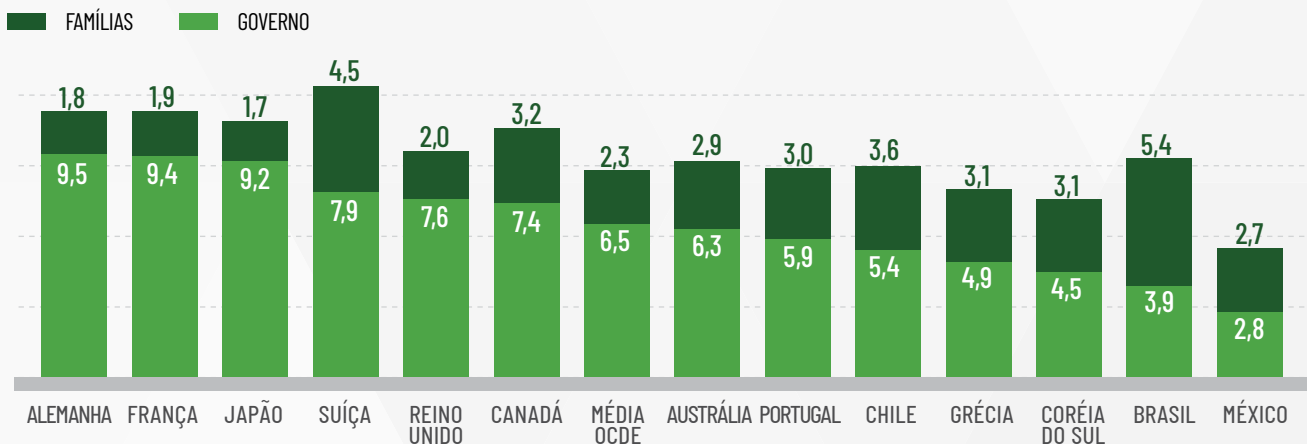
14 FIOCRUZ, UFMG, Unicamp. ConVid – Pesquisa de Comportamento. Junho/2020. Disponível em: [convid.fiocruz.br/index.php?pag=principaladolescentes](http://convid.fiocruz.br/index.php?pag=principaladolescentes)

15 SOARES, Gabriella. Investimento federal em comunidades terapêuticas sobe 95%. Folha de S.Paulo, Cotidiano. São Paulo, 01/11/2020. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/investimento-federal-em-comunidades-terapeuticas-sobe-95.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/investimento-federal-em-comunidades-terapeuticas-sobe-95.shtml)

16 **Meta 3.6:** Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.



**GRÁFICO 3** DESPESAS COM SAÚDE COMO PROPORÇÃO DO PIB, POR SETOR INSTITUCIONAL (%)



A **meta 3.7**<sup>17</sup> também verificou retrocesso com o combate governamental à educação sobre sexualidade, negação de direitos reprodutivos e com políticas de prevenção à gravidez precoce centradas na abstinência sexual. Como será melhor avaliado no ODS 5, a desinformação sobre sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos é o principal motivo para a alta incidência de gravidezes precoces no país, que impactam nos índices de pobreza, evasão escolar, mortalidade infantil e materna.

A cobertura de atendimento por equipes da Estratégia Saúde da Família em 2020 ficou em 63,62%, chegando a 76,08% quando somadas as equipes de Atenção Básica tradicionais. E as famílias brasileiras gastam mais que o dobro com saúde do que as de países ricos (5,4% de um total de 8,8% do PIB), e quanto menor a renda, maior o impacto deste gasto no orçamento. A Emenda Constitucional 95 piorou essa realidade, com o financiamento cada vez menor do governo à saúde. A Portaria Nº 2.979<sup>18</sup> do Ministério

da Saúde já rompe os princípios de universalidade, equidade e integralidade do SUS e deixa a **meta 3.8**<sup>19</sup> ameaçada, inclusive pela dificuldade de acesso à vacina contra a Covid-19.

A **meta 3.9**<sup>20</sup> manteve-se em retrocesso em razão do aumento da pobreza – que dificulta acesso a água potável, saneamento e condições de higiene<sup>21</sup> – e da ausência de dados desde 2015. Preocupa também a presença crescente de pesticidas nos alimentos (ODS 2), além do uso sem controle de antibióticos na pecuária e na agricultura.

Segundo a Vigitel 2019<sup>22</sup>, a frequência de pessoas adultas fumantes foi de 9,8% em 2019, contra 9,3% em 2018, rompendo uma queda histórica do indicador. Não havia dados sobre 2020 quando este Relatório Luz foi concluído, mas verifica-se em alguns estudos o aumento do tabagismo entre fumantes em decorrência do *stress*, tristeza e depressão associados à pandemia, o que leva a **meta 3.a**<sup>23</sup> a um progresso insuficiente.

17 **Meta 3.7:** Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

18 Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979\\_13\\_11\\_2019.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html)

19 **Meta 3.8:** Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

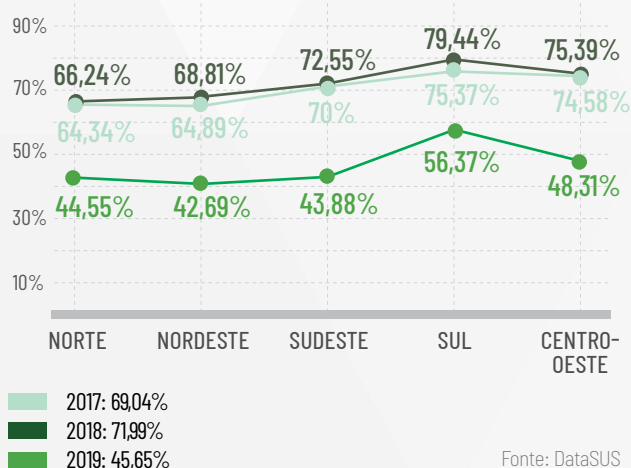
20 **Meta 3.9:** Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

21 CASAZZA, Ingrid Fonseca. O acesso à água e os excluídos da prevenção à Covid-19. Rio de Janeiro, 11/05/2020. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-Covid-19.html#.YJiGLMCSnIU](http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1789-o-acesso-a-agua-e-os-excluidos-da-prevencao-a-Covid-19.html#.YJiGLMCSnIU)

22 Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2019: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Disponível em: [portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/27/vigitel-brasil-2019-vigilancia-fatores-risco.pdf](https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/27/vigitel-brasil-2019-vigilancia-fatores-risco.pdf)

23 **Meta 3.a:** Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

**GRÁFICO 4 COBERTURA VACINAL POR REGIÕES**



Apesar da ausência atual de dados oficiais para análise da **meta 3.b**<sup>24</sup>, em 2019 a taxa de cobertura vacinal da população brasileira foi de 45,65% contra 71% em 2018 (informação mais atualizada disponível). A Covid-19 agravou o desafio da vacinação, fez avançar os grupos antivacinas<sup>25</sup> e potencializa retrocesso no cumprimento da meta. Segundo a consultoria de inteligência, estratégia e acesso ao mercado em saúde *Heads in Health*, a taxa

vacinal caiu 12% em 2020, completando cinco anos de redução na cobertura<sup>26</sup>.

Segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), o número de médicos e médicas cresceu nos últimos anos, em mais de 500 mil profissionais, mas a média de 2,4 para cada 1 mil habitantes está ainda abaixo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): 3,4 por mil habitantes. A distribuição de profissionais também segue desigual, com maior presença nas regiões mais ricas e menor oferta no Norte e Nordeste, o que confere à **meta 3.c**<sup>27</sup> um progresso insuficiente. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), o país tem um déficit de pelo menos 17 mil profissionais, entre enfermeiros/as e equipes técnicas<sup>28</sup>, o que está sendo bastante sentido durante a pandemia.

A **meta 3.d**<sup>29</sup> teve retrocesso. Mesmo num contexto tão grave de pandemia, ficaram sem uso R\$ 22,8 bilhões da dotação orçamentária autorizada em 2020 para o SUS, recurso que deveria ter aumentado o número de vacinas, kits de intubação, máscaras PFF2, leitos e outros insumos. A pandemia evidenciou o despreparo nacional para lidar com emergências de saúde, falta de transparência e de articulação entre o governo federal e os demais entes federativos, e a desestruturação do Programa Nacional de Imunização (PNI).

24 **Meta 3.b:** Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

25 MADEIRO, Carlos. Movimento antivacina avança na web: porque ele é ameaça à saúde pública. UOL Saúde/Bem Estar. Maceió, 29/10/2020. Disponível em: [www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/10/29/movimento-antivacina-avanca-online-por-que-ele-e-ameaca-a-saude-publica.htm](http://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/10/29/movimento-antivacina-avanca-online-por-que-ele-e-ameaca-a-saude-publica.htm)

26 GOERKING, Weruska. Taxa de vacinação caiu 12% no Brasil em 2020, na 5ª queda consecutiva. Valor Investe. São Paulo, 20/01/2021. Disponível em: [valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/01/20/taxa-de-vacinacao-caiu-12percent-no-brasil-em-2020-na-5a-queda-consecutiva.ghtml](http://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/01/20/taxa-de-vacinacao-caiu-12percent-no-brasil-em-2020-na-5a-queda-consecutiva.ghtml)

27 **Meta 3.c:** Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

28 Jornal Nacional. Levantamento revela déficit de 17 mil enfermeiros e técnicos de enfermagem no país. G1, 28/05/2020. Disponível em: [g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/28/levantamento-revela-deficit-de-17-mil-enfermeiros-e-tecnicos-de-enfermagem-no-pais.ghtml](http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/28/levantamento-revela-deficit-de-17-mil-enfermeiros-e-tecnicos-de-enfermagem-no-pais.ghtml)

29 **Meta 3.d:** Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

## RECOMENDAÇÕES

1. Financiar e estruturar adequadamente os serviços de atenção ao pré-natal e parto e facilitar a gestantes e puérperas (grupos de risco para morte por Covid-19) o acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de UTI;
2. Qualificar o sistema de informação permitindo atualização real dos casos de doenças transmissíveis; incluir ações de prevenção com perspectiva de gênero, raça e etnia; fortalecer estratégias de comunicação em saúde;
3. Atualizar e incorporar ao SUS medicamentos e tecnologias adotadas internacionalmente e alinhar as ações de enfrentamento à coinfeção TB/HIV, TB/Covid a outras patologias, visando o tratamento integral e humanizado; e ampliar o benefício social às pessoas incapacitadas para o trabalho;
4. Ampliar a testagem de doenças infecto-contagiosas, visando diagnóstico precoce, o tratamento e incrementar as estratégias de prevenção para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), inclusive entre jovens e adolescentes impedidos de frequentar a escola durante a pandemia;
5. Aprimorar a capacidade de vigilância em saúde pública, testagem da Covid-19 e rastreamento de contatos; compartilhar dados epidemiológicos oportunos com a OMS, e relatar surtos simultâneos de outras doenças infectocontagiosas via plataformas como o Sistema Global de Vigilância e Resposta à Gripe;
6. Implementar integralmente a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS) e os compromissos assumidos com a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição; o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e a Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014, que redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS);
7. Minimizar estratégias e abordagens do setor privado para promover produtos e escolhas prejudiciais à saúde da população. Garantir a transparência e a eliminação de conflitos de interesses e interferência indevida no Ministério da Saúde e no Congresso Nacional de indústrias como a de tabaco, alimentos ultraprocessados e bebidas alcoólicas e açucaradas;
8. Adotar políticas fiscais inovadoras para a promoção da saúde, como o aumento de preços e impostos de produtos nocivos à saúde;
9. Garantir financiamento público e transparente para que a sociedade civil realize controle social da saúde, fortalecer a organização de populações historicamente deixadas para trás, como as pessoas vivendo com HIV e AIDS, LGBTQIP+, profissionais do sexo, mulheres, adolescentes e jovens, pessoas que usam drogas, populações campesinas, negra, povos indígenas e quilombolas;
10. Adotar a educação sexual integrada e ampla como parte da promoção do bem-estar de adolescentes e jovens, valorizando o comportamento sexual responsável, o respeito pela outra pessoa, a igualdade e equidade de gênero, a prevenção da gravidez inoportuna, a defesa contra violência sexual, inclusive incestuosa, além de outras violências e abusos.

### Classificação das metas

Meta 3.1		RETROCESSO
Meta 3.2		RETROCESSO
Meta 3.3		AMEAÇADA
Meta 3.4		ESTAGNADA
Meta 3.5		AMEAÇADA
Meta 3.6		INSUFICIENTE
Meta 3.7		RETROCESSO
Meta 3.8		AMEAÇADA
Meta 3.9		RETROCESSO
Meta 3.a		INSUFICIENTE
Meta 3.b		RETROCESSO
Meta 3.c		INSUFICIENTE
Meta 3.d		RETROCESSO